

# MOVIMENTO OPERÁRIO E EDUCAÇÃO POPULAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

*Paulo Ghiraldelli Jr.*

Do programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação da PUC-SP

Palestra proferida em Fórum de Debates promovido pelo PPGE da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no primeiro semestre de 1985.

---

## RESUMO

Esse artigo representa um breve estudo sobre as propostas e realizações educacionais do Movimento Operário na Primeira República (1889-1930). O autor relata idéias e os feitos pedagógicos das três grandes correntes do Movimento Operário do período inicial da República: socialistas, libertários e comunistas. A idéia central do texto é recuperar o esforço histórico das camadas trabalhadoras no sentido de resistirem à ideologia dos grupos dirigentes.

## SUMMARY

This article presents a brief study about the educational achievements of the labour movement in the first Brazilian Republic (1889-1930). The author reports the feats of three great tendencies of labor movement in the early periods of the republic: socialists, anarchists and communists. The central idea of this paper is to reconstitute the historical efforts of the proletarian stratum toward resistance against the ideology of majoritary groups.

## TENDÊNCIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A partir de 1870, ano em que terminou a guerra contra o Paraguai, e mais propriamente nos anos de passagem entre o colapso do Império e o início da República, o Brasil começou a passar por um processo de razoável urbanização. Essa urbanização não significava que o país passava a contar com inúmeras cidades novas; significava sim que algumas cidades, como era o caso de Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre<sup>1</sup>, etc., brotavam para uma nova vida; ou seja, as cidades brasileiras (as capitais) começavam a tomar um certo aspecto semelhante às metrópoles europeias. Assim, o país conseguiu montar, ainda nos anos finais do Império, uma réplica, muito modesta, obviamente, das grandes praças financeiras da Europa e Estados Unidos (Prado Jr., 1984, p.195). Pode-se dizer que, por essa época, já existia no Município Neutro uma população urbana diferenciada, letrada e burocrática que deveria pesar na "opinião pública" do período (Cardoso, 1985, p.17). Uma ilustração viva desse novo quadro que envolveu o país foram os comícios republicanos nos anos finais da Monarquia, como, por exemplo, os promovidos em 1889 por Lopes Trovão, no Rio de Janeiro, em favor do Partido Republicano, onde grandes massas de populares reivindicavam melhoramentos urbanos (Costa, 1985, p.216).

Com o advento da República, a larga expansão das forças produtivas, que se esboçava nos anos finais do Império, passou a se efetivar de modo fluido e avassalador (Prado Jr., 1984, p.207).

A República foi testemunha de acontecimentos e episódios decisivos para a história do país. Foi nesse período de quarenta anos que o Brasil deixou-se invadir, de maneira mais nítida, pelo imperialismo inglês e, após 1920, pelo imperialismo americano; foi também nesses anos que o Brasil passou por um rápido período de florescimento da indústria nacional; foram nos anos da Primeira República que se efetivou o regime de trabalho assalariado, do emprego da mão-de-obra imigrante, do apogeu e o colapso da economia baseada na exportação do café; mas, muito mais que o final do Império, a Primeira República foi testemunha inevitável da gênese da classe operária no Brasil.

Em 1907 a população proletária do país era de 151.841 trabalhadores, em 1920 essa população já estava em 297.006 trabalhadores (Koval, 1982, p.126). No início do século o Estado do Rio de Janeiro acolhia 31% do proletariado nacional, sendo o estado que mais trabalhadores possuía dentro da Federação; São Paulo ficava em segundo lugar com 14,7%. Em 1920 essa situação se inverteu: São Paulo ficou em primeiro lugar, com 28,8% e, o Rio, em segundo, com 24,6% do proletariado nacional (Koval, 1982, p.126). A porcentagem de estrangeiros no conjunto do proletariado era alta, pelo menos do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais onde a massa de trabalhadores era mais densa. Só para citar um exemplo, pode-se registrar que, em 1900, 92% dos operários industriais do Estado de São Paulo eram estrangeiros, sendo 81% italianos (Pinheiro, 1978, p.139).

Dentro desse proletariado, que se desenvolveu continuamente nos grandes centros, não tardou a nascer uma predisposição para a militância política e sindical. Assim é que, desde o início da Primeira República, as divisões ideológicas vieram à tona no seio do Movimento Operário. Durante todo o período da chamada República Velha, o movimento operário soube se expressar frente aos interesses dominantes através de suas vanguardas socialistas, anarco-sindicalistas, anarquistas e comunistas; ao mesmo tempo que não conseguiu evitar o surgimento de lideranças pelegas sustentadas pela Igreja e pelo Governo.

As primeiras décadas da República assistiram a influência do socialismo no Movimento Operário nascente. Os primeiros "partidos operários" ou "socialistas" surgiram com a própria República, incentivados pela relativa democratização da legislação eleitoral e pela fixação das eleições de 1891 para a Constituinte. Durante a primeira década do regime republicano o movimento operário de cunho socialista deu mostras de uma razoável vitalidade, criando partidos, jornais, etc. As concepções socialistas desses partidos, na verdade, era totalizada por um amálgama de diversas tendências esboçadas no socialismo europeu. Alguns partidos eram nitidamente reformistas, próximos à linha da II Internacional<sup>2</sup>; outros desconheciam por completo o

1 Desenvolvimento das principais cidades brasileiras (Pinheiro, 1978).

Rio de Janeiro:	480.000 hab.	(1900)
	1.430.000 hab.	(1930)
São Paulo:	240.000 hab.	(1900)
	889.000 hab.	(1930)
Salvador:	206.000 hab.	(1900)
	335.000 hab.	(1930)
Recife:	100.000 hab.	(1900)
	390.000 hab.	(1930)
Porto Alegre:	74.000 hab.	(1900)
	256.000 hab.	(1930)

2 A II Internacional surgiu da necessidade de intercâmbio entre os diversos partidos social-democratas que surgiram no final do século XIX em diversos países (Áustria, Dinamarca, Alemanha, França, Holanda, Espanha, Bélgica, Inglaterra, Noruega, Suécia, Suíça, etc.). A II Internacional realizou nove congressos: Paris (1889), Bruxelas (1891), Zurique (1893), Londres (1896), Paris (1900), Amsterdam (1904), Stuttgart (1907), Copenhague (1910), Basileia (1912). A II Internacional representou uma força considerável, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Abrigava 27 partidos social democratas de 22 países, que compunham um eleitorado de 12 milhões de pessoas. No entanto, no seio da Internacional havia sérias divergências. À direita estava o grupo revisionista de Bernstein, que recusava o marxismo considerando-o ultrapassado. No centro ficavam os marxistas moderados dirigidos por Kautski. À esquerda ficavam os marxistas revolucionários liderados por Lênin e Rosa Luxemburgo. Na prática, apesar da direita ser minoritária, era a linha reformista que dava o tom para as atitudes da II Internacional. Finalmente, diante da Primeira Guerra Mundial, a II Internacional se esfacelou, os partidos integrantes da organização não souberam rechaçar a guerra, somente o grupo de Lênin e de Rosa Luxemburgo se posicionou contra a Guerra Imperialista e a favor do internacionalismo proletário (Ver Spindel, 1981).

marxismo, adotando idéias do socialismo utópico; alguns eram simplesmente agremiações que aglutinavam operários e elementos das camadas médias no sentido de defenderem posições republicanas e liberais.

Porém, apesar dessas perspectivas pouco animadoras, esses agrupamentos tiveram um papel fundamental no movimento operário brasileiro. Afinal, foi através desse "socialismo embrionário" que os setores populares puderam, pela primeira vez no Brasil, munirem-se de um arcabouço ideológico capaz de se opor à ideologia das camadas dominantes.

Após 1906 (data do chamado 1º Congresso Operário Brasileiro) os socialistas passaram rapidamente a segundo plano no Movimento Operário brasileiro. Os libertários, ou seja, os anarquistas e anarco-sindicalistas, passaram a obter uma sensível hegemonia no seio do Movimento Operário brasileiro. Ao contrário dos socialistas, os libertários recusavam a luta partidária. Toda a luta dos libertários se dirigia "contra os patrões, contra a Igreja e o Estado". Os anarquistas divergiam dos anarco-sindicalistas em alguns pontos; enquanto o anarco-sindicalismo acreditava no "sindicato livre" como instrumento de "resistência ao capitalismo", o anarquismo negava qualquer tipo de organização formal na luta contra o capitalismo. Embora, à primeira vista, o movimento libertário brasileiro possa parecer como de caráter anarquista, justamente pelo fato de que os setores dominantes acabaram por qualificá-lo assim, faz-se necessário notar que a influência do anarco-sindicalismo foi muito mais efetivo do que o anarquismo no seio das classes trabalhadoras. Assim, enquanto na Europa os libertários perdiam espaço para o movimento socialista, levado nos moldes da II Internacional, no Brasil essa tendência dominou as vanguardas operárias até 1922.

O reacionarismo do Parlamento brasileiro e a atitude policial das oligarquias não deram espaço para o desenvolvimento das correntes socialistas; isso forçou os operários a "optarem" pela *ação direta*, como as greves, boicotes, sabotagens, etc., métodos de luta apreciados pelo libertários. Dessa forma, anarco-sindicalistas e anarquistas dominaram as greves e manifestações urbanas dos anos dez, manifestações estas que tiveram seu auge na onda de greves de 1917 e 1919.

Em 1922, ou seja, cinco anos após a vitória da Revolução de Outubro na Rússia, os libertários começaram a ser encurralados pela História. Até 1921, mais ou menos, os libertários brasileiros raramente atacavam o leninismo ou mesmo o marxismo. As idéias de Bakunin, Proudhon, Kropotkin, Malatesta e outros eram divulgadas com cuidado, raramente em oposição às conclusões de Marx e muito menos às de Lênin. A partir de 1922 os libertários se posicionaram de maneira mais clara frente ao marxismo-leninismo e a Revolução Bolchevique, sendo que neste ano, por dissidência do movimento anarco-sindicalista surgiu o PCB (Partido Comunista do Brasil).

Com o PCB a classe operária passou novamente a optar pelo instrumento partidário na luta de classes. Os anos vinte assistiram, assim, uma nova disposição de forças do nascente proletariado brasileiro; alguns libertários passaram a atacar abertamente a Re-

volução Russa, enquanto que outros, na posição oposta, aderiram ao PCB e recriminaram os "antigos métodos indisciplinados do sindicalismo".

A atuação dos comunistas culminou, no período da Primeira República, com a formação do BOC (Bloco Operário Camponês), que, na verdade, era a proposta de constituição de uma "frente única de esquerda" sob o comando do PCB, com o intuito de participar das eleições do final da década.

## AS PROPOSTAS E REALIZAÇÕES DOS SOCIALISTAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

Os grupos que se auto intitulavam socialistas sempre deram ênfase, em seus programas partidários à questão educacional, principalmente às propostas de "ensino laico, obrigatório e tecno-profissional".

Em 1890, em Porto Alegre, surgiu o *Partido Operário do Rio Grande do Sul*, cujo programa continha quarenta itens, sendo três reservados à questão educacional. Falava-se nesse programa da necessidade de "ensino integral, secular e profissional" além da "propagação do ensino público por todos os âmbitos da República" (*Echo Popular*, 1890). No Rio de Janeiro, também em 1890, surgiu o *Partido Operário Brasileiro*; seu programa afirmava: "Apresentar as leis imprescindivelmente urgentes para melhorar a educação dos filhos dos operários" e "criar escolas teóricas e práticas afim de ajudar as classes a adquirirem conhecimentos profissionais" (*Echo Popular*, 1890). No mesmo ano surgiu o *Partido Operário de São Paulo*, que achava necessário "influir para que não sejam admitidos nas oficinas, salvo provando freqüência das aulas noturnas, os operários analfabetos", e ainda falava nos interesses do partido em "promover a criação de escolas teóricas e práticas" (*Echo Popular*, 1890).

Durante toda a Primeira República, mesmo durante a ascensão do movimento anarco-sindicalista (1906-1919) ou durante os sucessivos estados de sítio (1922-1926), os partidos socialistas continuaram a surgir (e desaparecer). Em seus programas permanecia, ainda, a preocupação com a questão do ensino tecno-profissional, do ensino laico e da extensão do ensino básico gratuito.

Essas reivindicações dos operários socialistas em relação à educação não ficaram somente no papel. Impedidos de alcançar o poder político, pois concorriam frente às poderosas oligarquias da República Velha, os socialistas tentaram efetivar suas idéias através da nascente organização sindical. Mesmo com poucos recursos e com as deficiências de uma inexperiente organização sindical nascente, os operários conseguiram fundar escolas para adultos e crianças, estabelecimentos esses que abrigaram os germes de uma "pedagogia socialista" no Brasil.

As "escolas operárias", fundadas e mantidas pelos agrupamentos socialistas, se desenvolveram em vá-

rios estados brasileiros. A imprensa operária registrou o funcionamento desses estabelecimentos. Em Santos (SP), por exemplo, o grupo de socialistas ligados ao jornal-revista. A *Questão Social* fundou uma escola para trabalhadores:

“— Escola Barnabé — Em breve começarão as obras dessa escola. A infância pobre, no futuro, há de reconhecer os serviços que lhes prestarem espírito bem intencionados, socialistas . . . espontâneos” (*A Questão Social*, 1895).

Na Bahia, o *Centro Operário da Bahia*, também abriu escolas para o proletariado:

“As suas aulas, noturnas e diurnas, que tão bons serviços têm prestado à instrução proletária desta terra foram reabertas a 15 de janeiro com freqüência regular dos alunos” (*A Imprensa Social*, 1904).

Uma série de outros estabelecimentos de ensino, ligados aos grupos socialistas, tiveram origem nos primeiros anos da República. De um modo geral, a didática gerada nessas escolas acompanhava três princípios básicos: disciplina severa quanto à freqüência, rigurosidade nos exames e integração entre professores formados e operários no trabalho docente. O exemplo seguinte esclarece melhor o funcionamento dessas “escolas operárias”:

“Este Liceu, fundado por um grupo de sócios do Partido Operário está progredindo admiravelmente. Apesar de não ter ainda nove meses de existência está com freqüência de mais de cem alunos, que todas as noites vão se instruir no Liceu à rua 15 de Novembro 964. Concorrem às aulas homens de idade e crianças e a quota para manter os gastos é de 1\$000 mensais, havendo muitas pessoas que recebem instrução gratuita por falta de meios. Esses alunos de todas as idades, grandes e pequenos, são dirigidos e instruídos por um abnegado e instruído operário, o sr. Manuel Gonçalves Dias, que todas as noites, após trabalhar um dia inteiro, vai ao Liceu, por 3 ou 4 horas a fim de instruir os que não sabem gratuita e desinteressadamente.

Propagar o Liceu e torná-lo conhecido é uma obra meritória, tanto mais que em Petrópolis o governo estadual não tem quase escolas sem as quais os operários petropolitanos e seus filhos ficariam para sempre na ignorância, se não existisse essa benemérita instituição” (*Folha Nova*, 1919).

O exemplo acima, sobre o funcionamento do “Liceu de Arte e Ofícios de Petrópolis”, apesar de representar uma iniciativa um tanto deslocada no tempo, pois nos anos dez os socialistas haviam reduzido sua influência no Movimento Operário, serve para reproduzir um certo paradigma de construção de uma “pedagogia socialista” no Brasil. As características fundamentais dessas “escolas operárias” repousavam sobre

a possibilidade da construção de uma nova tendência pedagógica, ligada à união do saber elaborado, o saber científico, aos conhecimentos embutidos na prática do trabalhador.

As “escolas operárias” eram, geralmente, mantidas pelas entidades operárias, no entanto, os socialistas não rejeitavam qualquer tipo de ajuda vinda do poder público. Pelo contrário, os grupos socialistas disputavam com os grupos religiosos qualquer verba que porventura escapasse dos órgãos públicos para as instituições de ensino. Não raro, o Movimento Operário de tendência socialista criticava o poder público quando este concedia verbas para entidades escolares privadas, notadamente as entidades religiosas:

“O jesuitismo retrógrado está de parabéns! Conseguiu iludir ao Conselho Municipal, e o Conselho (positivista) decretou ou vai decretar a verba de 3:000\$000 anuais para o liceu jesuíta que se vai fundar no Rio Grande (. . .) Duma instituição jesuítica só sairão homens e mulheres fanáticos e inúteis numa República Livre” (*Echo Operário*, 1899).

Não se pode dizer que as iniciativas socialistas em matéria de educação continuaram após os primeiros anos da República. Muito provavelmente essas experiências tenham se encerrado à medida que o Movimento Operário passou a sofrer influência das correntes libertárias. Isso não significou um estancamento nas preocupações pedagógicas do Movimento Operário da Primeira República, mas apenas um redirecionamento ideológico.

## OS LIBERTÁRIOS E O ENSINO RACIONALISTA

Ao contrário dos socialistas, obviamente, os libertários não lutaram pelo “ensino público e gratuito”. Contrários à qualquer influência do Estado no controle da educação, as correntes operárias anarquistas e anarco-sindicalistas atacaram o ensino público, acusando-o de favorecer os “interesses ideológicos da burguesia e do clero”. Assim, desde o início da Primeira República, as correntes libertárias começaram a introduzir uma concepção pedagógica original, inspirada principalmente no educador anarco-sindicalista Francisco Ferrer, a chamada *Educação Racionalista* (Tratenberg, 1978, p.17-50).

Além de toda uma discussão pedagógica pela imprensa operária em torno das idéias da Educação Racionalista, os operários libertários passaram para o plano das realizações concretas através de três iniciativas: a fundação da “Universidade Popular” no Rio de Janeiro, a criação de inúmeros “Centros de Estudos Sociais” e a propagação de dezenas de “Escolas Modernas” para o *Ensino Racionalista*.

Os “Centros de Estudos Sociais” foram organizações que visavam reunir trabalhadores, geralmente à noite, para a discussão e leitura de obras libertárias. Na verdade esses Centros foram verdadeiras escolas de educação libertária, onde através do *ensino mútuo* os tra-

balhadores imigrantes, principalmente, educavam os operários mais inexperientes nas idéias anarquistas e na organização sindical. A imprensa operária registrou durante toda a Primeira República a fundação de inúmeros Centros de Estudos:

“Centro de Estudos Sociais Pioneiros da Liberdade — Estando presente crescido número de companheiros foi fundado no dia 8 do corrente na Ponta do Cajú esse Centro. No ato de fundação falaram diversos camaradas sobre a necessidade de união dos anarquistas, principalmente nesse arrebalde, onde a propaganda anarquista tem muito o que fazer” (*A Guerra Social*, 1911).

Não se pode dizer que tais Centros eram iniciativas exclusivamente operárias. Elementos das camadas médias, intelectuais, profissionais liberais, também estiveram ligados às idéias libertárias, muitas vezes disseminando idéias positivistas e evolucionistas no seio desse contexto.

Por outro lado a influência do elemento imigrante era fundamental na constituição desses Centros, como atesta a seguinte nota em um jornal de imigrantes italianos:

“É stato fondato nel rione del Braz largo concorso di compagni un Circolo di Studii Sociali denominato Francisco Ferrer. Frá breve convocata un' adunanza” (*Ca Scure*, 1910)

Uma outra iniciativa libertária foi a fundação, no Rio de Janeiro, em 1904, da Universidade Popular. Ao contrário dos Centros de Estudos, ou mesmo das Escolas Modernas, a Universidade Popular foi fundada por elementos oriundos das camadas médias e até mesmo intelectuais ligados às elites. Entre as iniciativas libertárias foi a mais efêmera. É muito elucidativo o trecho seguinte, referente ao discurso do militante libertário Elycio de Carvalho por ocasião da fundação da Universidade Popular:

“Proudhon, que é preciso sempre citar quando trata-se de progresso e emancipação intelectual, dizia, há meio século, que o povo até aquela data nada tinha feito do que rezar e pagar, e que já era tempo de fazê-lo filosofar (. . .) A Universidade Popular é um organismo novo na vida intelectual e moral da França. Inventada em 1898 por Georges Deherme, operário tipógrafo, ela tem servido de protótipo a um grande número de associações criadas nos países latinos” (*O Amigo do Povo*, 1904).

A Universidade Popular pautava-se por fornecer cursos aos trabalhadores, sem quaisquer formalidades burocráticas. Através de uma cotização mensal de 2\$000 seus sócios poderiam usufruir não só dos cursos como da Biblioteca. Os cursos eram elaborados em forma de palestras autônomas, dessa forma, a falta em algumas das palestras não comprometia o acompanhamento do assunto. A semana de atividades da

Universidade Popular compreendia o seguinte ritmo: quarta-feira, curso de Filosofia com o Dr. Pedro Couto; quinta-feira, curso de Higiene com o Dr. Fábio Luz; sexta-feira, curso de História Natural com o Dr. Platão de Albuquerque; sábado, curso de História das Civilizações com o Dr. Rocha Pombo e curso de Geografia com Pereira da Silva.

Apesar do clima de euforia reinante durante a fundação da Universidade Popular a iniciativa não conseguiu durar mais que cinco meses; o discurso erudito dos mestres contrastava com a realidade cultural do proletariado, além do mais as dificuldades financeiras se apresentaram de maneira intransponível.

Os libertários também se empenharam em tarefas ainda mais árduas: a educação de seus filhos através da implantação das “Escolas Modernas”. Tanto em São Paulo como no Rio (e posteriormente em outros estados) os libertários conseguiram, mesmo a duras penas, fundar um número razoável de Escolas Modernas onde, de uma forma ou de outra, procuravam desenvolver a pedagogia de Ferrer.

Uma das Escolas Modernas mais bem montadas foi a instituição dirigida por João Penteado, e que funcionou em São Paulo com o nome de *Escola Moderna Nº 1* de 1912 a 1919. Vale a pena reproduzir aqui o roteiro de criação e fechamento dessa instituição (Luzetto, 1984).

O educador anarco-sindicalista Francisco Ferrer foi fuzilado pelo governo espanhol em 13 de outubro de 1909. Com a morte de Ferrer os libertários brasileiros passaram a desenvolver em seus jornais uma verdadeira campanha de divulgação da “pedagogia racionalista”. Nos grandes centros urbanos, como Rio e São Paulo, onde as informações chegavam mais depressa e onde a imprensa operária anarquista e anarco-sindicalista era mais ágil, não tardou o aparecimento de grupos interessados em fazer do Brasil o verdadeiro berço continuador dos ideais pedagógicos de Ferrer.

Em São Paulo, por volta de 1909-1910, grupos de militantes libertários começaram a se reunir com o intuito de fundar uma Escola Moderna, que continuasse no Brasil a experiência da Escola Moderna de Barcelona fundada pelo próprio Ferrer. Em 1910 os libertários passaram a se reunir formalmente, com o título de *Comissão Pró-Fundação da Escola Moderna de São Paulo*. Faziam parte do grupo Leão Aymoré (guardalivros), Dante Ramenzoni (industrial), José Sans Duro (negociante), Pedro Lopes (industrial), Tobias Bore (artífice), Luíz Damiani, Edgar Leuenroth, Neno Vasco e Orestes Ristori (jornalistas) (*Terra Livre*, 1910). Aparentemente, a notar pela profissão dos membros da Comissão, a Escola Moderna não era uma iniciativa operária, porém, na verdade, sua ligação com o meio operário se dava através dos jornalistas, que eram notórios militantes do movimento sindical, organizadores de greves e verdadeiros elementos da vanguarda do proletariado brasileiro da época.

A Comissão Pró-Fundação da Escola Moderna de São Paulo passou a trabalhar duro, tanto no interior como na capital, com o intuito de angariar fundos para a instalação do estabelecimento. Orestes Ristori, por exemplo, saiu pelo interior de São Paulo fa-

zendo palestras e arrecadando fundos em prol da construção da escola (*Terra Livre*, 1910). Tais esforços não foram em vão, várias "listas de subscrição" foram deixadas nas cidades interioranas, a fim de conseguir colaboração em dinheiro. A imprensa operária, tão logo recebia as listas preenchidas juntamente com o dinheiro, publicava os nomes e a quantia doada. Cidades como Casa Branca, Mococa, Ibatinga, São José do Rio Preto, Jardinópolis, Franca, Batatais, e muitas outras contribuíram com a comissão (*A Lanterna*, 1910). Assim, por volta do final do ano de 1910, a imprensa operária libertária publicou que o "caixa" da Comissão Pró-fundação da Escola Moderna de São Paulo estava em 12\$000.

Após quatro anos de duros esforços, finalmente, em outubro de 1913, os militantes libertários conseguiram fundar duas escolas: a Escola Moderna nº 1, sob a responsabilidade do professor João Penteado, e a Escola Moderna nº 2 sob a direção de Florentino de Carvalho (*A Lanterna*, 1913).

Tão logo as aulas começaram, a imprensa operária passou a publicar, incessantemente, a propaganda das escolas; a Escola Moderna nº 1 recebeu o seguinte anúncio característico:

"Escola Moderna nº 1 – Curso Primário: Rudimentos de Português, Aritmética, Caligrafia e Desenho. Curso Médio: Gramática, Aritmética, Geografia, Princípios de Ciências, Caligrafia e Desenho. Curso Adiantado: Gramática, Aritmética, Geografia, Noções de Ciências, História, Geometria, Caligrafia, Desenho e Datilografia. Para as alunas também: Corte e Costura, Bordado. Custos: Curso Primário ou Médio 4\$000; Curso Adiantado 5\$000" (*A Plebe*, 1917).

O ensino desenvolvido nas Escolas Modernas tentava seguir os parâmetros deixados por Ferrer; principalmente as linhas mestras expostas pelo educador espanhol e reunidas no texto distribuído em 1905 no Congresso Internacional do Livre Pensamento realizado em Paris. Tal documento foi amplamente divulgado pela imprensa operária libertária brasileira:

"O povo trabalhador se continuar na ignorância permanecerá escravizado pela Igreja ou pelo Estado, isto é pelo capitalismo representando estas duas entidades. Pelo contrário se inspirar na razão e na ciência, o seu interesse bem compreendido breve impelirá a pôr termo à exploração, a fim de que o trabalhador se possa tornar árbitro dos destinos humanos. Trata-se por conseguinte, a nosso ver, de pôr antes de tudo, a classe operária em estado de compreender estas verdades elementares. A medida que nos sindicatos essas verdades elementares vão penetrando cada vez mais os trabalhadores adultos, tentamos fazê-las entrar igualmente nos cérebros das crianças e dos adolescentes. Estabelecamos um sistema de educação pela qual o homem possa chegar a conhecer, depressa e bem, a origem da desigualdade econômica, a mentira religiosa, o ma-

lefcio do patriotismo guerreiro e as rotinas familiares e todas as demais que o mantêm na escravidão. Não é o Estado, expressão da vontade de uma minoria de exploradores, que pode ajudar-vos a atingir esse objetivo. Essa ilusão seria a pior das loucuras" (*O Sindicalista*, 1924).

Envolto com essas idéias, o diretor da Escola Moderna nº 1, o professor João Penteado, desenvolveu a pedagogia racionalista no Brasil. Para ele, a instrução racional era a arma poderosa na luta ideológica contra as amarras da sociedade capitalista; era através da educação racionalista que se poderia conquistar os trabalhadores para as idéias de libertação:

"Mas as nossas palavras, a rebeldia de nossos propósitos (. . .) nem sempre conseguem atingir o fim almejado que é ferir os ouvidos das vítimas em favor das quais lutamos sem cessar (. . .) Há uma barreira a impedir a ação de nossas palavras e que precisa ser removida – a ignorância, esse mal ameaçador, esse fantasma sinistramente horrível que paira sobre as massas populares (. . .) Daí a razão porque há operários que ingenuamente fogem dos comícios populares, repudiam idéias libertárias (. . .) Como recuperá-los para a vida? Basta um banho de luz, mas dessa luz emanada da instrução racional (. . .) Do problema da instrução popular depende a verdadeira vitória das idéias emancipadoras da humanidade (. . .)" (*Guerra Social*, 1912).

As forças conservadoras de São Paulo não tardaram a dar combate sistemático à Escola Moderna. Ainda em 1910, antes mesmo da fundação das escolas nº 1 e nº 2, os jornais católicos passaram a atacar a idéia de fundação desses estabelecimentos. A imprensa operária, democraticamente, publicou os ataques dos católicos:

"Quando do ano passado Barcelona foi teatro do mais atroz vandalismo, nenhuma pessoa sensata julgaria que os anarquistas daquela cidade encontrassem partidários decididos entre nós (. . .) Mas infelizmente assim não sucedeu: todo mundo já sabe que em São Paulo trata-se de fundar um instituto para a corrupção do operário, nos moldes da Escola Moderna de Barcelona, o ninho de anarquistas de onde saíram os piores bandidos (. . .) Ora, uma tal casa de perversão do povo vai constituir um perigo máximo para São Paulo" (*A Lanterna*, 1910).

Apesar desses ataques iniciais as escolas foram montadas e conseguiram se firmar. Porém, após 1917 e 1919, anos marcados por períodos de intensa movimentação grevista, a repressão aos militantes libertários passou a se acentuar. Em outubro de 1919 uma bomba explodiu no interior de uma casa no Brás, matando quatro anarquistas. A polícia e o governo denunciaram o fato à imprensa, dizendo que se tratava de uma conspiração anarquista com o intuito de tomar

o poder. A partir daí a repressão se intensificou (Maran, 1979, p.144).

Neste mesmo ano de 1919 as Escolas Modernas foram fechadas pela polícia paulistana (*A Patuléia*, 1920). O professor João Penteado não se entregou sem luta. Entrou com recurso jurídico frente ao Supremo Tribunal. Apesar do conservadorismo dos ministros do Supremo, a negativa do pedido de reconsideração em relação ao fechamento das escolas não se fez sem polémica! O ministro Sebastião Lacerda, por exemplo, pronunciou discurso afirmando que o fechamento da escola atentava contra a liberdade de ensino garantida pela Constituição Federal (*A Patuléia*, 1920). Os debates no Supremo Tribunal foram vivamente retratados pela imprensa operária. A imprensa operária elogiou os dois ministros, Pedro Miebelli e Lins de Albuquerque, que na sessão decisiva, votaram contra o fechamento das escolas, acreditando nos documentos do professor Penteado que traziam a autorização de funcionamento concedido pela Diretoria da Instrução (*A Plebe*, 1920). Um desses ministros chegou mesmo a defender a liberdade do ensino, afirmando que o fato do professor ser anarquista não constituía motivo para que sua escola fosse fechada pela violência do governo paulista, visto que a Constituição brasileira garantia a liberdade de ensino, e chegou até a citar um exemplo ocorrido no Império; Benjamin Constant, republicano histórico, que no antigo regime fez um concurso para a cadeira de professor da Escola Politécnica, e tendo se saído aprovado, chegou a exercer o cargo com a anuência do próprio Imperador (*A Plebe*, 1920).

Apesar de toda a luta do professor João Penteado, as Escolas Modernas nº 1 e nº 2 foram fechadas após sete anos de contribuição à educação dos filhos dos trabalhadores paulistas. A grande lição que a vanguarda proletária tirou do episódio foi muito bem expressa por Maurício de Lacerda (deputado progressista da época). Maurício, em artigos para a imprensa operária, atacou o centro da questão, dizendo que por aquela época o país assistia a proliferação das "Ligas Nacionalistas", que pretendiam combater o analfabetismo, porém, tais Ligas frente ao fechamento das Escolas Modernas se esconderam no mais profundo silêncio. Assim, no início dos anos vinte, nascia na vanguarda operária a consciência da não neutralidade da educação; os operários, graças ao ilustrativo episódio do fechamento das Escolas Modernas, começaram a perceber que as propostas liberais de alfabetização, que caracterizaram aquilo que chegou até os dias de hoje como o "entusiasmo pela educação," não tinham o mesmo significado do movimento por educação popular desenvolvido pelas lideranças operárias (Ghiraldelli, 1985, p.9).

A maior parte das Escolas Modernas se desenvolveram no Rio e em São Paulo, no período de 1906 a 1919. Após essa época o movimento anarco-sindicalista entrou em franco declínio nesses estados; no entanto, em outros locais, iniciaram-se tentativas semelhantes. No Rio Grande do Sul, por exemplo, em meados dos anos vinte, grupos de libertários procuraram fundar "Escolas Racionalistas" (*O Sindicalista*, 1924).

No entanto, o movimento libertário já estava com seus dias contados, e o proletariado começou a vislumbrar um outro caminho ideológico e, com isso, a possibilidade da construção de novos parâmetros para a questão educacional.

## A QUESTÃO EDUCACIONAL E OS COMUNISTAS

Após a vitória da *Revolução de Outubro*, em 1917 na Rússia, começaram a surgir no Brasil jornais operários simpatizantes com o bolchevismo. As primeiras contribuições comunistas para a discussão da questão da educação popular apareceram nesses jornais, onde foram publicados vários artigos comentando os avanços da educação popular promovida pelo governo de Lênin na Rússia. Assim é que, pela primeira vez no Brasil, ou melhor, pela primeira vez na discussão educacional do proletariado brasileiro, apareceram os temas da "escola unitária", da "união do ensino com o trabalho produtivo", da "administração da escola com participação dos trabalhadores", etc. (*O Proletário*, 1921).

A partir da contribuição dos comunistas ao debate pedagógico no seio da classe operária as linhas mais definidas de um ensino propriamente socialista começaram a vir à tona. Não se tratava mais de lutar, apenas, pela "escola pública, laica e gratuita" dos socialistas dos primeiros anos da República, mas sim da luta pela "escola unitária", que realmente integrasse todas as classes sob uma única forma de ensino. Não se tratava mais de falar em "ensino tecno-profissional", mas sim de procurar entender o significado da proposta de "união ensino com trabalho produtivo"<sup>3</sup>. Por outro lado uma outra inovação introduzida pelos comunistas se pautava por uma nova concepção da carreira do professor. Os libertários, e também de certo modo os socialistas, viam o professor como um abnegado, alguém que deveria "cumprir uma missão heróica sem nada pedir em troca". Os comunistas destruíram tal visão; passaram a tratar o professor como um assalariado comum; em vários artigos sobre educação na Rússia os comunistas manifestaram apoio às medidas de Lênin no sentido de melhorar a educação através da melhoria de salários dos professores (*A Renovação*, 1920).

No plano das realizações concretas os comunistas tiveram uma atuação bem diferente dos libertários

3 Marx em 1868 nas *Instruções aos Delegados do Conselho Provisório da A.I.T.*, dizia entender a educação sobre três pilares:

1. Educação intelectual.
2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes do manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (...)

Esta combinação de trabalho produtivo pago com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação política elevará a classe operária acima dos níveis das classes burguesa e aristocrática." (p.26).

e socialistas. Para os comunistas da República Velha, pelo menos a nível da prática, funcionava a idéia que a educação necessária era a politização das massas. O próprio Otávio Brandão, fundador e ativo militante do PCB nos anos vinte, sempre considerou a atividade do partido como essencialmente educadora; para Brandão o trabalho de organização e propaganda nada mais era do que um trabalho de educação popular (Brandão, 1978, p.343).

Voltados para a tarefa de politização das massas os comunistas do PCB chegaram a promover uma série de cursos sobre o marxismo-leninismo. Assim, em 1925, em plena ilegalidade imposta pelo estado de sítio, o PCB realizou mais de trinta semanas de cursos ao proletariado (Brandão, 1926, p.21-22).

Ao contrário dos libertários, que em geral condenavam a atividade desportiva, os comunistas procuraram promover o desporto popular, desempenhando tarefas verdadeiramente educativas nos meios da juventude operária. As promoções esportivas do PCB eram na verdade grandes campeonatos de natação e de outras modalidades, que atraíam os operários. O jornal *A Nação*, cedido ao PCB pelo professor de Direito Leônidas de Resende (Dulles, 1973, p.254), fazia a cobertura completa dessas atividades de promoção do esporte popular, ocorridas principalmente no ano de 1927, após o término do período de estado de sítio.

Com a criação do BOC (Bloco Operário e Camponês), os comunistas montaram um programa básico, que deveria representar a plataforma ideológica para atuar nas campanhas eleitorais. A Plataforma do BOC contava com 13 itens, que falavam sobre a necessidade da luta contra o imperialismo, do voto secreto, do problema da habitação, da anistia aos presos políticos, etc.; o item que tratava da educação explicitava a proposta dos comunistas para a sociedade brasileira da Primeira República:

*"Ensino e educação* — nas questões referentes ao ensino público os candidatos do Bloco Operário bater-se-ão não só pela extensão e obrigatoriedade do ensino primário, como ainda, complementarmente: a) pela ajuda econômica às crianças pobres em idade escolar, fornecendo-lhes, além do material escolar, roupas, comida e meios gratuitos de transporte; b) pela multiplicação das escolas profissionais de ambos os sexos como uma continuação necessária e natural das escolas primárias de letras; c) pela melhoria nas condições de vida do professorado primário, cuja dedicação à causa do ensino público deve ser melhor compreendida e compensada; d) pela subvenção às bibliotecas populares e operárias" (Pereira, 1976, p.122).

A Plataforma do BOC demonstra pontos positivos e negativos. Por um lado, negativamente, o programa mostra uma certa deficiência teórica dos comunistas, que insistiam no ensino profissionalizante, mas não explicitamente que tipo de profissionalização seria essa. Afinal, nessa mesma década, Lênin lutava, na URSS, contra aqueles que queriam transformar

a proposta de "união do ensino com o trabalho produtivo" em mera escola profissionalizante. Por outro lado há aspectos positivos e novos, como o caso da defesa da dignidade salarial do magistério.

Embora os comunistas da Primeira República tenham sido os responsáveis pela introdução, no Brasil, dos princípios de uma pedagogia mais afinada com o socialismo científico, de certa forma, foram eles os responsáveis por um certo arrefecimento da discussão pedagógica no seio do Movimento Operário. Os comunistas priorizaram demais a prática política, ou melhor, a prática política-partidária, e não souberam dar continuidade ao debate cultural e pedagógico que o Movimento Operário vinha tecendo desde os primeiros dias da República. A própria insuficiência teórica dos militantes do PCB levou o partido a não conseguir articular um discurso pedagógico próprio. Assim, de certa forma, os comunistas acabaram por deixar o Movimento Operário, quanto às questões pedagógicas, ainda sob a influência dos libertários, socialistas e, principalmente, das concepções das elites dominantes.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BRANDÃO, O. *Combates e batalhas*. São Paulo, Alfa Ômega, 1978.
- \_\_\_\_\_. *La propaganda comunista en el Brasil. La Correspondência Sudamericana*, 1926.
- CARDOSO, F.H. O sistema oligárquico nos primeiros anos da República. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização Brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo, Difel, 1984.
- COSTA, E.V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DULLES, J.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1973.
- GHIRALDELLI, P. O 'entusiasmo pela educação' e o 'otimismo pedagógico' numa perspectiva dialética. *Revista da ANDE*, (9) 1985.
- KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro*. São Paulo, Alfa Ômega, 1982.
- LUIZETTO, F. *Presença do anarquismo no Brasil: estudos dos episódios literário e educacional (1900-1920)*. São Carlos, UFSCar, 1984. (mimeo)
- MARAM, S.L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Teses sobre educação e ensino*. São Paulo, Moraes, s.d.
- PEREIRA, A. *A formação do PCB*. Lisboa, Prelo, 1976.
- PINHEIRO, P.S. O proletariado industrial na primeira República. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo, Difel, 1978.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- SPINDEL, A. *O que é o socialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- TRATENBERG, M. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. *Cadernos do CEDES*, (1) 1978.

## JORNAIS CITADOS

- O Amigo do Povo, São Paulo, 1904.  
Echo Operário, Porto Alegre, 1895-1899.  
Echo Popular, Rio de Janeiro, 1890.  
Folha Nova, Rio de Janeiro, 1919.  
A Guerra Social, Rio de Janeiro, 1911.



A Lanterna, São Paulo, 1910-1913.  
A Patuléia, São Paulo, 1920.  
A Plebe, São Paulo, 1920.  
O Proletário, Juiz de Fora, 1921.  
A Renovação, Rio de Janeiro, 1920.  
La Scure, Rio de Janeiro e São Paulo, 1910.  
O Sindicalista, Porto Alegre, 1924.  
Terra Livre, São Paulo, 1910.